



Parte da Ilha do Boi ficará isenta da cobrança da taxa

# Multa sobre taxa vai ser devolvida

*Com a prorrogação do prazo para pagamento, a SPU reduziu o número de parcelas da taxa de marinha*

**O**s moradores que pagaram taxa de terreno de marinha esse ano com multa poderão requerer ressarcimento junto à Secretaria de Patrimônio da União (SPU).

A informação é do gerente regional da SPU no Estado, Edmar Fraga. Ele diz que para isso é necessário preencher um requerimento, de próprio punho, com a cópia do Documento de Arrecadação de Receitas Federais (DARF) anexada e entregar na sede da SPU, no centro de Vitória. O reembolso poderá sair em até 20 dias úteis.

“Os casos serão analisados um a um. Em Vitória é muito provável que as pessoas que pagaram multa tenham que ter o pagamento revisto, mas nos outros municípios isso não vai acontecer, pois para eles o prazo não foi prorrogado”, diz Edmar Fraga.

Ele afirma que muitas pessoas na capital – Fraga não tem o número exato – pagaram a taxa de terreno de marinha. Essas pessoas retiraram o DARF pela internet, que imprimia o documento com juros calculados desde o dia 1º de junho, um dia após o primeiro vencimento da taxa, 31 de maio.

O comerciante Geraldo Barcelos preferiu não esperar e liquidou a taxa de terreno de marinha, mesmo estando isento temporariamente de pagá-la, já que o imóvel em questão é

de Vitória.

“Esse assunto gerou muita confusão, não dá para ficar nesse impasse, principalmente porque estou em um imóvel alugado e não irei me indispor com os proprietários por causa disso. Caso eu esteja na lista de isentos, vou pedir o ressarcimento”, disse o comerciante.

Acontece que a data foi prorrogada, por força de liminar da Justiça Federal, para o dia 31 de agosto. O entendimento da Justiça foi de que a secretaria deveria ter um levantamento preciso de quem ficará isento da taxa antes de efetuar a cobrança.

Na semana passada, a data foi prorrogada novamente, desta vez para o dia 31 de outubro, conforme Portaria 242, publicada no Diário Oficial.

A última prorrogação se deu porque a SPU não concluiu o levantamento de quem ficará isento da taxa de marinha no Estado, informação que, segundo Fraga, deverá ser divulgada na próxima semana, dependendo também de liberação de Brasília.

Ele estima que serão isentos 568 imóveis, nos seguintes bairros: Ilha do Boi, Ilha do Frade e Ilha do Príncipe.

Com a prorrogação do prazo de vencimento, houve redução do número máximo de parcelas para o pagamento da taxa. A dívida agora poderá ser dividida em até três vezes.